

**INTEGRAÇÃO ENTRE O ESOCIAL E O SPED NAS ORGANIZAÇÕES: UMA
REVISÃO DA LITERATURA**

LUAN GONÇALVES DE LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

CHRISTIAN KAZUO FUZYAMA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RIO)

Introdução

Este artigo revisa criticamente a literatura nacional sobre o SPED e o eSocial, sistemas que representam uma transformação na escrituração fiscal e trabalhista no Brasil. A análise revelou três eixos centrais: os impactos nas rotinas organizacionais públicas e privadas, as mudanças no papel dos profissionais — especialmente contadores — e os desafios enfrentados por instituições de menor porte. Dada a incipiência da produção científica sobre o tema, propõe-se uma agenda de pesquisa voltada à análise dos efeitos institucionais, operacionais e profissionais da digitalização.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A integração entre SPED e eSocial tem gerado desafios técnicos, normativos e operacionais às organizações, exigindo reestruturação de processos, investimentos em tecnologia e constante qualificação profissional, especialmente em instituições públicas e micro, pequenas e médias empresas. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo revisar a produção acadêmica nacional sobre o tema, identificando os principais eixos de análise recorrentes na literatura científica e propondo agendas de pesquisa que contribuam para o aprofundamento do debate e para futuras investigações.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica trata do SPED como política pública de modernização fiscal e contábil, instituída pelo Decreto nº 6.022/2007, com foco na digitalização das obrigações acessórias e na certificação eletrônica. O eSocial, por sua vez, representa seu desdobramento na área trabalhista, visando à centralização de informações, padronização e maior controle estatal. Embora seus benefícios estejam associados à eficiência e à transparência, a literatura destaca entraves normativos, operacionais e estruturais, especialmente para MPEs e instituições públicas.

Discussão

A análise da literatura permitiu identificar três eixos predominantes: os impactos da digitalização nas rotinas organizacionais públicas e privadas, as transformações no papel dos profissionais — notadamente da contabilidade — e os desafios operacionais enfrentados por instituições de menor porte. Além da ênfase nas dificuldades práticas, a revisão evidenciou ganhos em padronização, rastreabilidade e fiscalização, bem como lacunas sobre a apropriação do sistema por trabalhadores e a necessidade de aprofundamento do debate científico sobre seus efeitos institucionais.

Conclusão

O artigo teve como objetivo revisar a literatura nacional sobre SPED e eSocial, identificando discussões recorrentes e principais enfoques temáticos. A análise revelou três eixos centrais: os impactos nas rotinas de instituições públicas e privadas, as transformações no papel dos profissionais — especialmente da contabilidade — e os desafios operacionais enfrentados por organizações de menor porte. A revisão evidenciou ainda a escassez de estudos consolidados sobre o tema, indicando a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico para apoiar futuras investigações e práticas.

Contribuição / Impacto

O artigo contribui ao sistematizar um campo ainda incipiente da literatura nacional, reunindo diferentes enfoques sobre a integração entre SPED e eSocial. Ao identificar os principais eixos temáticos presentes na produção científica — impactos organizacionais, desafios operacionais e transformações profissionais —, oferece base teórica para pesquisas futuras e reflexões aplicadas. O trabalho também subsidia profissionais da contabilidade, gestores públicos e estudiosos interessados em compreender os efeitos da digitalização fiscal e trabalhista nas estruturas institucionais brasileiras.

Referências Bibliográficas

Referências principais incluem MARIN, SILVA e GONÇALVES (2015), sobre a estrutura e finalidade do eSocial; OLIVEIRA, SANTANA e MARTINS (2017), que discutem os impactos profissionais da digitalização; e VELLUCCI et al. (2018), ao abordar os desafios enfrentados por MPEs. Foram utilizados documentos oficiais como o Decreto nº 8.373/2014 e o Manual de Orientação do eSocial (BRASIL, 2015). A bibliografia contempla ainda autores como MULLER et al. (2019) e LEAL et al. (2016), que analisam os efeitos da implementação nas rotinas organizacionais e no perfil dos profissionais da contabilidade.